

Apresentação

Volume 8, Número 16, julho/dezembro de 2021

Religião e Política no Brasil

Marcos Vinícius de Freitas Reis¹

Carlos Eduardo Bartel²

Religião e política são dois fenômenos que, ao longo da história dialogam entre si, ambos andaram de mãos dadas, desde a antiguidade até a Revolução Francesa que, pelo menos em termos formais, os separou ao propor a noção de Estado laico. No Brasil as mediações entre religião e política, objeto de análise do presente Dossiê, foram juridicamente separadas com a proclamação da República em 1889. Tal separação ocorreu do ponto de vista jurídico e administrativo, sendo ambas as noções afastadas, mas de fato continuaram próximas através de inúmeras questões, que do religioso apolítico ao militante engajado perpassam visões de mundo, posicionamentos ideológicos, dos meios de comunicação, a questão do voto, das eleições e do comportamento eleitoral, entre muitos outros temas, compatíveis e incompatíveis, que propõem essa mediação entre religião e política.

A influência e a ação da Igreja Católica ao longo da República Velha (1889-1930), na perseguição ao comunismo (considerado em seu limite como destruidor do catolicismo) e ao “judaísmo internacional”, na interdição de outras religiões, em especial as de matriz africana, e no combate ao liberalismo, quem por sua vez, percebe a religião como prática de caráter privado, estes são alguns exemplos de proximidade entre diferentes instituições políticas e religiosas, e seus respectivos segmentos. Nesse sentido, é possível afirmar que a expressão “Deus, Pátria e Família”, lema integralista,

¹. Docente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente do Mestrado Acadêmico em História Social e do Mestrado Profissional em Ensino de História. Líder do Centro de Estudos de Religião, Política e Sociedade (CEPRES –UNIFAP). E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br

². Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Instituto Federal Catarinense (IFC). Professor do Curso de Pós-Graduação em Educação Interdisciplinar. E-mail carlos.bartel@ifc.edu.br

reproduzido em profusão na eleição presidencial de 2018, nunca saiu de cena. Em 1964, estava na antessala do golpe civil-militar, materializado através da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, por outro lado, temos o culto ecumênico realizado na Praça da Sé, em São Paulo, em 31 de outubro de 1975, em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado pelo regime militar, dirigido pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns que teve ao seu lado o rabino Henry Sobel e o reverendo evangélico Jayme Wright, evidenciando como essa relação, que varia do campo conservador ao progressista, percorreu ao longo do tempo diferentes caminhos. Os anos 1960 marcam também outro movimento, o início da ascensão das Igrejas pentecostais, a *Igreja Pentecostal Deus é Amor* é fundada em 1962 e quinze anos depois, em 1977, é criada a *Igreja Universal do Reino de Deus*, ambas e outras Igrejas evangélicas mais antigas como a Assembleia de Deus permaneceram marginalizadas durante a década de 1980, fazendo o trabalho de base, substituindo lentamente associações comunitárias, associações de moradores e sindicatos, amplificando sua voz através de programas transmitidos pelo rádio e pela televisão, acompanhados de perto por seus seguidores. Se essas Igrejas saíram de uma posição periférica de discriminação e preconceito, o mesmo ainda não ocorre com a religiões de matriz afro-brasileira, em suas inúmeras variações, que são alvo de ataques, inclusive, das Igrejas pentecostais.

A partir desse contexto, cabe lembrar que a primeira eleição do Presidente Lula, em 2002, contou com a aliança entre diversos partidos e diferentes segmentos sociais, entre eles o Partido Liberal (PL), que forneceu à chapa encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) seu Vice-Presidente, o empresário José de Alencar. O PL contava em sua base com expressivo apoio do segmento que depois viria ser chamado de “bancada evangélica”, ao ser extinto após as denúncias que ficaram conhecidas como “Escândalo do Mensalão” o partido se fundiu com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) formando o Partido da República (PR), que no segundo turno apoiou o candidato Jair Bolsonaro, tendo como um de seus cabos eleitorais o então pastor evangélico e Senador Magno Malta, antigo apoiador de Lula e Dilma Rousseff, que venceu as eleições de 2014 após participar da Inauguração do Templo de Salomão, em São Paulo. Portanto, não podemos nos enganar, é também necessário dizer que tanto a política usa era religião, quanto a religião se vale da política para atingir seus objetivos, o que torna o cenário ainda mais complexo. Essa breve gênese mostra que no Brasil a intercessão entre religião e política encontra-se mais próxima das continuidades do que das rupturas, são dois temas convergentes, como bem lembrou Aline Coutrot no texto

“Religião e Política”, publicado na obra *Por uma história política*, organizada por René Rémond na França em 1988 e publicado no Brasil, em 1996.

Com as eleições vindouras as conexões entre religião e política estão em constante debate nas redes sociais, igrejas, partidos, associações civis e dentre outras estruturas organizativas. A ideia de votar em um membro da minha igreja ou que defenda os meus valores religiosos tem ganhado destaque e aceitação entre as pessoas, e nos espaços supracitados, tem sido pensado como podem seus candidatos capitaneares essas ideias e serem revertidos por votos.

Como já foi dito, no Brasil as relações entre religião e políticas são desde o nascedouro do nosso país. Inicialmente monopolizadas pela Igreja Católica, até porque, tal instituição detinha quase a totalidade de fiéis no Brasil. Com a pluralização do campo religioso brasileiro, surge novos atores. Pentecostais, neopentecostais elegem bancadas religiosas, fundam partidos políticos, associações jurídicas religiosas e ampla exposição midiática e marketing para que os interesses institucionais e de seus pastores sejam concretizados à medida que tenham acesso a arena política.

A necessidade de ter espaços em revistas científicas para discutir as interseções entre religião e política ao longo do tempo e no espaço são essenciais. Pesquisadores, docentes, e intelectuais de todas as áreas do conhecimento, abordando temas derivados da presença do religioso na política e vice-versa são fundamentais para compreender tais relações. A laicidade do Brasil precisa ser entendida via intelectualmente e defendida como política de sobre vivência para a nossa democracia.

Neste sentido, apresentamos bons textos que discutem tal temática e ainda textos de diversos assuntos que compõem este número. O primeiro deles foi escrito pelo pesquisador Adriano Cecatto cujo título é “Por uma Semântica dos Conceitos: Teologia da Libertação, Pobres e Igreja (1971-1984). O artigo aborda as principais noções históricas e sociologia do que venha a ser a teologia da libertação, como se desenvolveu no Brasil, e suas conexões com as questões políticas, sociais e econômicas nas camadas populares, e como isto, foi vinculado as estruturas religiosas das comunidades católicas. Lembramos que a temporalidade que o artigo aborda é em plena ditadura militar no Brasil. Período entendido como supressão dos direitos civis e políticos, e setores católicos militaram bravamente contra o autoritarismo deste regime.

Logo em seguida, o texto intitulado “Terras Prometidas: nacionalismo judaico e suas repercussões no Brasil”, escrito pelo pesquisador e organizador deste dossiê Carlos Eduardo Bartel, versa de que maneira o nacionalismo defendido historicamente pela

comunidade judaica brasileiro teve repercussão em setores da sociedade no país. O trabalho tem seu ineditismo ao pensar que ainda temos poucas produções acadêmicas sobre este assunto.

O dossiê ainda apresenta o texto intitulado “A Palavra Justiça está mais na boca de ateus do que cristão”: as propostas sociais do Ver. João Dias de Araújo para a Igreja Presbiteriana do Brasil (1950-1960), escrito pelos pesquisadores Carlos André Silva de Moura e Saymmon Ferreira dos Santos. O referido artigo aborda os posicionamentos progressistas de um pastor da Igreja Presbiteriana em Recife, e seus embates com a cúpula conservadora da igreja.

Logo em seguida, temos o texto do professor Marcos Vinicius de Freitas Reis, David Junior de Souza e Nelson Mateus Machado intitulado “Uma abordagem do marabaixo em perspectiva decolonial: religiosidade, cultura e cidadania”. O exímio texto discute a partir da subjetividade dos atores políticos militantes do movimento marabaixeiro amapaense seus posicionamentos, dificuldades e articulações em torno da ampliação de políticas públicas para a dança afro religiosa Marabaixo.

Inaugurando a sessão de artigos livres a autora Gislaine Marli da Rosa Kalinowski contribui neste número com o belo texto chamado “Cadernos de história da educação: um olhar histórico e bibliométrico”. A partir de um levantamento extenso de dados, a autora analisa o perfil das produções da temática história da educação.

Marcelo Viana com o texto “Noticias para 110 milhões: Publicidade em Informática e Modernização Autoritária na Ditadura Civil-Militar Brasileira (anos 1970)”. O autor destaca aspectos vividos no Brasil da ditadura militar. Período marcado pela censura, perseguição a opositores ao regime, deportações, tortura e prisões.

A pesquisadora Marília Santos com o texto intitulado “Música armorial: da gênese aos ecos”. Discute a presença da música do campo historiográfico e em outras áreas do conhecimento. Texto traz boas análises a respeito da música armorial.

Os autores Tércio de Lima Amaral e Aline Maria Greco Lins com o título “Mauro Mota: relações de um imortal na ditadura e o exercício da memória da imprensa”. O referido artigo aborda o envolvimento de Mauro Matos com a imprensa em plena ditadura.

A pesquisadora Beatriz Chianca Macario com o título “Degeneração e Eugenia nos Discursos do I Congresso Médico de Pernambuco (1909)”. A ideia do texto é refletir a partir das falas, narrativas e posicionamentos de médicos do estado de Pernambuco a respeito de como devemos “limpar” a cidade de hábitos atrasados e não civilizados. A

ideia é tratar as comunidades mais pobres como responsáveis pela contaminação da cidade com hábitos ruins e como pensar regenerações destes setores.

O próximo texto é chamado “Narrativas Distantes: as infâncias no Jornal: “Esquema Oeste” (GUARAPUAVA – PR 1979-1984)”, escrito por Jorge Luiz Zaluski. O texto salienta os posicionamentos políticos, econômicos, sociais e outros assuntos do Jornal Esquema Oeste com circulação na região de Guarapuava Paraná.

E o último texto deste número intitulado “Protestas y saqueos ante el “gasolinazo” mexicano de 2017, e os autores são: Octavio Humberto Moreno Velador e Gerardo Díaz Herrera. Texto interessante para pensar os protestos, resistências e relações de poder no México.

Boa Leitura

Marcos Vinicius de Freitas Reis (UNIFAP-UEMA)

Carlos Eduardo Bartel (IFSC)